



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
DIVISÃO DE MATERIAL E LOGÍSTICA**

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

1. UNIDADE REQUISITANTE: Divisão de Material e Logística - DMLOG.

2. OBJETO: Aquisição de **Eletrodomésticos** mediante Sistema de Registro de Preços - SRP.

2.1 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO: As especificações do objeto estão descritas no **ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇO MÉDIO** deste Termo de Referência/Projeto Básico.

2.1.1. A identificação e caracterização dos produtos devem constar nas embalagens respectivas.

2.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: A aquisição em tela encontra respaldo no **Planejamento Estratégico 2015-2020** e visa suprir o estoque do Almoxarifado para atender a demanda das diversas Unidades Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho do Ceará.

O não atendimento desta contratação inviabilizará o cumprimento do supracitado Planejamento e impossibilitará o atendimento adequado das demandas deste Regional no que se refere aos itens em questão.

2.3. ENQUADRAMENTO COMO BENS OU SERVIÇOS COMUNS: Trata-se de fornecimento de material, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº. 10.520/2002 c/c o art. 3º, § 2º do Decreto nº. 3.555/2000 e o art. 2º, § 1º, do Decreto nº. 5.450/2005.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA ADOTAR O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: Esta Divisão buscou realizar a presente aquisição através do Sistema de Registro de Preços - SRP, com base no disposto no art. 3º, inciso IV do Decreto nº. 7.892/2013,

que diz que o aludido Sistema poderá ser adotado quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;
- b) habilitação jurídica;
- c) regularidade fiscal e trabalhista;

3.2. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

3.3. Os documentos relativos à Habilitação jurídica são:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.4. Os documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista são:

- a) Prova de regularidade relativa às Fazendas Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União) e Estadual;
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS)
- c) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

3.4.1. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar, além da documentação acima, a declaração prevista no art. 4º da Instrução Normativa nº 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is).

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO: Esta aquisição atende ao disposto no **Planejamento Estratégico 2015-2020** deste Regional, aprovado pela **Resolução TRT7 nº. 475/2014**, observando, especialmente, o previsto no **Objetivo Estratégico nº. 08 - Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção** (*Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública e à preservação da probidade administrativa, bem como a adoção de medidas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Judiciário do Trabalho. Visa ainda, por meio de formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais, à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira e à implantação das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos*) e visa suprir a demanda do referido material referente às diversas Unidades Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho do Ceará.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE: Não se aplica.

6. AMOSTRAS:

6.1. O licitante vencedor da etapa de lances deverá apresentar ou postar, em até 2 **(dois) dias úteis**, contados do recebimento da notificação encaminhada pelo Pregoeiro, uma **amostra** dos produtos relativos aos **Lotes 01 e 02**, que não integrará o quantitativo contratado, para verificação objetiva das especificações técnicas e características dos produtos pelo Setor Requisitante.

6.2. A amostra será aberta e manuseada, sendo devolvida à empresa licitante no estado em que se encontrar, ao final da análise técnica efetuada. Referida análise verificará objetivamente o atendimento das especificações técnicas dos produtos constante do Anexo I deste Termo.

6.3. As amostras deverão ser **recolhidas** pelos licitantes na Divisão de Material e Patrimônio - DMP, situada na Rua Vicente Leite, nº. 1.281, Anexo II, 2º andar, Aldeota, Fortaleza-CE, no horário de 8h às 14h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da publicação de homologação deste Pregão no Diário Oficial da União. Após o prazo acima estabelecido, este Tribunal dará ao material a destinação que melhor lhe convier.

7. PREÇO DO MATERIAL: No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

8. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA: O material deverá ser entregue em até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho.

9. LOCAL, HORÁRIO E DIAS DE ENTREGA DO OBJETO:

9.1. O material deverá ser entregue sem ônus para o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, na Divisão de Material e Patrimônio – DMP, situada na Rua Vicente Leite, nº. 1.281, Anexo II, 2º andar, Aldeota, Fortaleza-CE, no horário de 8h às 14h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

9.2. Os produtos que apresentarem defeitos imediatos serão devolvidos e deverão ser repostos pelo licitante contratado, em até **15 (quinze) dias**, contados a partir do recebimento da notificação do contratante.

10. PRAZO DE RECEBIMENTO:

10.1. O material será recebido:

a) Provisoriamente, no ato da entrega, acompanhado da Nota Fiscal;

b) Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade do bem entregue, com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

11.1 A gestão e a fiscalização da contratação caberá aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

11.1.1 A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

11.2 Os gestores e fiscais designados exercerem, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 200/2014, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

11.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

11.4 A gestão e a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

11.5. As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada poderão ser prestados através dos telefones (85) 3388.9417 e 3388.9366.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada.

12.2. Entregar os produtos nas quantidades solicitadas, na forma, prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência.

12.3. Entregar os produtos em suas respectivas embalagens originais, lacradas e apropriadas para o armazenamento.

12.4. Apresentar, a cada fornecimento, as Notas Fiscais para efeito de pagamento.

12.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar do recebimento da notificação do contratante, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

12.6. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier causar ao TRT da 7ª Região ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

12.7. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

12.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação.

12.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

12.10 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal,

prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

12.11. Aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº. 8.666/93.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. Emitir a(s) Nota(s) de Empenho, para fornecimento do material.

13.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada às dependências do TRT.

13.3 Atestar a(s) Nota(s) fiscal(is)/Fatura(s) para efeito de pagamento.

13.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada.

13.5. Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecidos neste Termo.

14. FORMA DE PAGAMENTO: O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) na conta bancária fornecida pela empresa, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo, condicionado ao recebimento da nota fiscal, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a **Fazenda Federal** (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a **Fazenda Estadual**, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

14.1. As empresas **optantes pelo Simples Nacional** deverão apresentar, além da documentação acima, a declaração prevista no art. 4º da Instrução Normativa nº 1.234 – RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is).

15. PRAZO DE GARANTIA: O material deverá oferecer **garantia total não inferior a 12 (doze) meses**, contados da emissão da Nota Fiscal.

15.1. O fornecedor deverá entregar o **Termo de Garantia**, quando da entrega dos bens, acompanhado com a Nota Fiscal.

16. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: O licitante vencedor, deverá encaminhar, juntamente com a proposta, indicação de local para **assistência técnica em Fortaleza**, com endereço e telefone para contato, comprovando-se que será prestada assistência técnica ao objeto deste Termo.

16.1. Caso a assistência não seja prestada em Fortaleza, o licitante vencedor deverá DECLARAR que assumirá todos os custos necessários, quando, durante a garantia, apresentar defeito de fabricação.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços sujeitará a empresa à multa, no **percentual de 5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do total a ser registrado.

17.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à **multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia**, calculada sobre o valor da quantidade entregue intempestivamente, limitada a **10% (dez por cento)**.

17.3. Se o atraso de que trata o item 17.2 ultrapassar o prazo de 50 (cinquenta) dias, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

17.4. Além das penalidades acima previstas, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa, no percentual de 10 % (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do contrato;

c) multa, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total;

d) multa, no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

17.5. A Contratada estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de Licitação a ser adotada.

17.6 A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou *e-mail*.

18. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A respectiva Ata de Registro de Preços - ARP terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir de sua assinatura.

19. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: O valor estimado para a presente aquisição está descrito no **ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇO MÉDIO**, deste Termo de Referência/Projeto Básico.

20. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: Os preços estimados, tanto unitário como global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

21. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQUENTES: Dependerá das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços - ARP.

Fortaleza-CE, 20 de abril de 2018.

MICHELLE ADARAI MAIA CUNHA HOLANDA

Coordenadora de Serviço – Setor de Almoxarifado/DMLOG/TRT-7ª Região

DEVEN MOURA MILLER

Diretora da Divisão de Material e Patrimônio - DMLOG/TRT-7ª Região